

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	61
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Ordinária		1,25560
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	1,25560
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/11/2014	Ordinária		1,36344
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/11/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	1,36344
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	30/11/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	1,36344
Reunião do Conselho de Administração	12/08/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82454
Reunião do Conselho de Administração	12/08/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2014	Ordinária		0,55991
Reunião do Conselho de Administração	12/08/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,55991

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	16.189.224	15.174.853
1.01	Ativo Circulante	2.950.104	1.471.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	171	13.997
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.447.582	825.652
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.447.582	825.652
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.447.582	825.652
1.01.03	Contas a Receber	353.252	471.279
1.01.03.01	Clientes	353.252	471.279
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	419.911	530.195
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-66.659	-58.916
1.01.04	Estoques	33.788	34.964
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.875	6.989
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	111.436	118.518
1.01.08.03	Outros	111.436	118.518
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	3.461	39.491
1.01.08.03.04	Outros	107.975	79.027
1.02	Ativo Não Circulante	13.239.120	13.703.454
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.604.035	2.626.715
1.02.01.03	Contas a Receber	5.377	6.426
1.02.01.03.01	Clientes	5.377	6.426
1.02.01.06	Tributos Diferidos	187.873	297.573
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	187.873	297.573
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.521	4.213
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.406.264	2.318.503
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	688.902	601.141
1.02.01.09.04	Ativo Disponível para Reversão	3.529.080	3.529.080
1.02.01.09.05	Provisão Ativo Contingente - UHE Três Irmãos	-1.811.718	-1.811.718
1.02.03	Imobilizado	10.635.085	11.076.739
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.635.085	11.076.739

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	16.189.224	15.174.853
2.01	Passivo Circulante	2.207.130	1.251.127
2.01.02	Fornecedores	7.220	21.907
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.220	21.907
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.504	51.649
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	93.504	51.649
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.104.872	193.781
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.104.872	193.781
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	986.569	56.392
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	118.303	137.389
2.01.05	Outras Obrigações	1.001.534	983.790
2.01.05.02	Outros	1.001.534	983.790
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	447.272	402.162
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	98.804	133.807
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	27.284	32.294
2.01.05.02.07	Obrigações Socioambientais	0	12.418
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	290.436	287.708
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	137.738	115.401
2.02	Passivo Não Circulante	3.635.865	4.606.340
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	601.508	1.569.012
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	601.508	1.569.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.496	943.478
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	580.012	625.534
2.02.02	Outras Obrigações	3.034.357	3.037.328
2.02.02.02	Outros	3.034.357	3.037.328
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	326.909	496.736
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	0	62.915
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	33.600	33.600
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	2.546.572	2.316.985
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	109.800	109.800
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	17.476	17.292
2.03	Patrimônio Líquido	10.346.229	9.317.386
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	368.223	814.757
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	368.223	368.223
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	446.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.652.434	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	393.982	531.519
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	27.059	66.579

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	939.034	3.943.046	867.442	2.952.910
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-531.660	-1.302.526	-442.528	-1.260.610
3.02.01	Pessoal	-45.589	-130.111	-58.047	-148.409
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-1.841	-5.964	-2.449	-7.296
3.02.03	Entidade de Previdência Empregados - CPC 33/IAS 19	963	3.381	-3.770	-10.353
3.02.04	Material	-3.399	-8.842	-2.645	-7.923
3.02.05	Serviços de Terceiros	-23.860	-63.469	-27.216	-71.699
3.02.06	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-33.070	-124.185	-47.480	-135.244
3.02.07	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-107.009	-291.134	-93.069	-264.695
3.02.08	Taxas do Setor Elétrico	-5.461	-14.654	-4.832	-13.533
3.02.09	Créditos do COFINS/PIS s/ Encargos do Uso da Rede e Energia Comprada	7.597	17.888	8.250	20.903
3.02.10	Depreciação	-165.114	-483.069	-159.897	-521.249
3.02.11	Provisão para Perda Estimada de Créditos	-2.699	-7.743	-5.360	-10.315
3.02.12	Provisões Operacionais	-148.019	-175.237	-14.016	-49.698
3.02.13	Outras Despesas	-4.159	-13.093	-4.049	-13.151
3.02.14	Programa de Incentivo a Aposentadoria	0	-6.294	-27.948	-27.948
3.03	Resultado Bruto	407.374	2.640.520	424.914	1.692.300
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	120.323	-83.380	-85.271	-179.227
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	120.323	-83.380	-85.271	-179.227
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	120.323	-83.380	-85.271	-179.227
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	527.697	2.557.140	339.643	1.513.073
3.06	Resultado Financeiro	-58.897	-95.808	-77.335	-317.624
3.06.01	Receitas Financeiras	84.442	165.050	37.737	108.167
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.339	-260.858	-115.072	-425.791
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-47.676	-137.559	-64.396	-204.136
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-23.316	-96.191	-24.993	-94.698
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	-72.347	-27.108	-25.683	-126.957
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	468.800	2.461.332	262.308	1.195.449

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-95.157	-753.435	-70.443	-400.237
3.08.01	Corrente	-103.124	-643.735	-65.159	-365.274
3.08.02	Diferido	7.967	-109.700	-5.284	-34.963
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	373.643	1.707.897	191.865	795.212
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	373.643	1.707.897	191.865	795.212
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	373.643	1.707.897	191.865	795.212
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.313	-39.520	0	0
4.02.01	Ajuste CPC 33/IAS 19	-9.313	-39.520	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	364.330	1.668.377	191.865	795.212

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.561.919	1.728.224
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.434.734	2.357.105
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	2.461.332	1.195.449
6.01.01.02	Depreciação	484.056	522.235
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	236.714	386.849
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-2.207	10.353
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	246.743	231.352
6.01.01.06	Provisão para Perda Estimada de Créditos	7.743	10.315
6.01.01.07	Baixa de Ativo Imobilizado	353	552
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-121.231	-112.016
6.01.02.01	Valores a Receber	110.284	-28.989
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	36.030	1.507
6.01.02.03	Almoxarifado	1.176	-500
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	2.806	-7.054
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-81.731	65.634
6.01.02.06	Outros Créditos	-27.899	35.491
6.01.02.07	Fornecedores	-14.687	-8.238
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	30.567	-23.697
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-100.228	-27.293
6.01.02.10	Energia Comprada	0	-100.084
6.01.02.11	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-35.003	38.712
6.01.02.12	Pagamentos de Riscos Legais	-41.387	-36.757
6.01.02.14	Obrigações Socioambientais	-12.683	-21.955
6.01.02.15	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-5.010	13.764
6.01.02.16	Outros Passivos	16.534	-12.557
6.01.03	Outros	-751.584	-516.865
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-119.137	-176.891
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-632.447	-339.974
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.524	-71.652
6.02.01	Imobilizado	-18.524	-71.652
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-935.291	-1.090.819
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos Captados	0	5.508
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-340.867	-987.999
6.03.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-594.424	-108.328
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.608.104	565.753
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	839.649	513.525
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.447.753	1.079.278

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-193.000	-446.534	-639.534
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-446.534	-446.534
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-193.000	0	-193.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.845.434	-177.057	1.668.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.707.897	0	1.707.897
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	137.537	-177.057	-39.520
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	137.537	-137.537	0
5.05.02.06	Ajuste CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-39.520	-39.520
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	368.223	1.652.434	421.041	10.346.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-196.000	0	-196.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-196.000	0	-196.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	933.684	-138.472	795.212
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	795.212	0	795.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	138.472	-138.472	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	138.472	-138.472	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	426.716	737.684	1.410.218	10.479.149

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	4.359.346	3.304.188
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.367.089	3.314.503
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.743	-10.315
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-372.145	-352.958
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.311	-79.622
7.02.04	Outros	-299.834	-273.336
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-291.134	-264.695
7.02.04.03	Outras Despesas	-8.700	-8.641
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.987.201	2.951.230
7.04	Retenções	-484.056	-522.235
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-484.056	-522.235
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.503.145	2.428.995
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-226.007	-292.045
7.06.02	Receitas Financeiras	165.050	108.167
7.06.03	Outros	-391.057	-400.212
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-27.108	-126.957
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	3.381	-10.353
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-109.700	-34.963
7.06.03.04	Provisões para Riscos Legais	-175.237	-49.698
7.06.03.05	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 25.2)	-82.393	-178.241
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.277.138	2.136.950
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.277.138	2.136.950
7.08.01	Pessoal	110.957	157.302
7.08.01.01	Remuneração Direta	104.993	150.006
7.08.01.04	Outros	5.964	7.296
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	978.610	639.346
7.08.02.01	Federais	978.517	639.253
7.08.02.03	Municipais	93	93
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	479.674	545.090
7.08.03.01	Juros	137.559	204.136
7.08.03.02	Aluguéis	4.345	4.511
7.08.03.03	Outras	337.770	336.443
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	96.191	94.698
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	124.185	135.244
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	63.336	63.185
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	39.404	29.783
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	14.654	13.533
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.707.897	795.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.707.897	795.212

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – 3º Trimestre de 2014

As receitas no terceiro trimestre de 2014 alcançaram R\$ 1.061,3 milhões, com crescimento de 10,7% em relação ao mesmo período de 2013, resultado obtido, principalmente, pela: (i) realocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2013, denominados Produto 2006-2013; e (ii) liquidação de volumes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por força da quantidade descontratada e dos elevados Preços de Liquidação das Diferenças - PLD's praticados neste trimestre (Notas 23.2 e 23.3).

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 122,3 milhões. O aumento verificado de 33,4% em relação ao terceiro trimestre de 2013 é decorrente de ajuste efetuado naquele trimestre de 2013, quando a ANEEL somente definiu o valor da quota de RGR em setembro, em valor inferior ao que vinha sendo provisionado pela Administração.

Os custos e despesas operacionais ficaram em R\$ 531,7 milhões, refletindo um aumento de 20,1% em relação ao 3º trimestre do ano anterior, com destaque para as seguintes variações: (i) aumento em provisões operacionais de natureza trabalhista; (ii) acréscimo em Encargos do Sistema de Transmissão, pelo aumento das tarifas; e (iii) decréscimo em Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, pela redução na produção de energia comandada pelo ONS.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) reduziu 4,1% e atingiu R\$ 407,4 milhões, com EBITDA ajustado alcançando R\$ 718,4 milhões.

As Outras (Despesas) e Receitas Líquidas apresentaram uma reversão de provisões para riscos legais e encerraram o trimestre em R\$ 120,3 milhões positivos (Nota 24.2).

O Resultado Financeiro (Nota 25) alcançou R\$ 58,9 milhões negativos (redução de 23,8%). As Receitas Financeiras, de R\$ 84,4 milhões, refletem, principalmente, aumento nos rendimentos de aplicações financeiras e aumento da receita decorrente da atualização cambial da compra antecipada de US\$ 174.352 mil efetuada no trimestre. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram uma redução de 26% e totalizaram R\$ 47,7 milhões, reflexo da diminuição do endividamento da empresa.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 6,7% e encerraram o período em R\$ 23,3 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 72,3 milhões negativos, decorrentes da desvalorização de 11,3% do Real frente ao Dólar norte-americano, verificada no terceiro trimestre de 2014.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 468,8 milhões, acréscimo de 78,7%. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro Líquido de R\$ 373,6 milhões, refletindo um crescimento de 94,7% em relação ao terceiro trimestre de 2013.

Indicadores Econômico-Financeiros

Comentário do Desempenho

Referências	30.09.2014	30.09.2013	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	157,47	113,74	38,4%
Margem Operacional (%).....	43,4%	49,0%	-11,4%
Variação do Dólar (%).....	11,3%	0,7%	10,6 pp

Liquidez/Endividamento/VPA	30.09.2014	31.12.2013	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,36	0,39	-6,5%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,56	0,63	-10,2%
Liquidez Corrente.....	1,34	1,18	13,7%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	31,59	28,45	11,0%

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	30.09.2014	30.09.2013	Var.
Lucro líquido do período	373.643	191.865	94,7%
Imposto de renda e Contribuição social.....	95.157	70.443	35,1%
Resultado financeiro.....	58.897	77.335	-23,8%
= EBIT / LAJIR	527.697	339.643	55,4%
Depreciação.....	165.444	160.227	3,3%
= EBITDA / LAJIDA	693.141	499.870	38,7%
Provisões para riscos legais.....	25.264	98.297	-74,3%
= EBITDA / LAJIDA AJUSTADO	718.405	598.167	20,1%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP – Companhia Energética de São Paulo possui cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, e uma usina, a de Três Irmãos, que a partir de 18 de abril de 2013 por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 teve sua garantia física alocada no regime de cotas. Ambas as operações somam 57 unidades geradoras, 7.457,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de garantia física de energia (Nota 12.2), representando 6% e 5%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Produção Bruta em MWh								
Usinas	2014				2013			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado
<i>Ilha Solteira</i>	4.116.337	3.038.384	2.446.755	9.601.476	3.846.874	3.518.290	3.862.605	11.227.769
<i>Três Irmãos</i>	505.252	268.247	208.681	982.180	566.581	387.612	446.770	1.400.963
<i>Jupia</i>	2.281.266	1.784.879	1.542.504	5.608.649	2.191.580	1.983.158	2.126.349	6.301.087
<i>Porto Primavera</i>	2.573.096	2.051.944	1.818.203	6.443.243	2.610.094	2.345.288	2.333.275	7.288.657
<i>Paraibuna</i>	123.881	122.043	91.199	337.123	62.982	76.067	123.529	262.578
<i>Jaguari</i>	26.572	8.725	26.756	62.053	10.838	20.999	42.605	74.442
Total	9.626.404	7.274.222	6.134.098	23.034.724	9.288.949	8.331.414	8.935.133	26.555.496

Da receita operacional bruta da Companhia do trimestre findo em 30 de setembro de 2014, cerca de 61% (66% em 2013) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 25% (26% em 2013) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 14% (8% em 2013) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 23.2).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo quatro leilões de venda de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de venda de energia provenientes de novos empreendimentos.

Notas Explicativas

A CESP vendeu, através de leilões, 808 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$/M Wh)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
Produto 2014 12M	2014	400,0	191,60	jan/14	191,42
Produto 2014 18M	2014 a 2015	98,0	165,20	jan/14	98,00
		808,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 23.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupuí, vencíveis em 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP – Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE's de Ilha Solteira, Jupuí e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continua a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão que se dará em julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide nota 30.

As usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupuí e Porto Primavera (e adicionalmente, a usina Três Irmãos) concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupuí e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupuí.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

Notas Explicativas

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 10,54 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014). Durante 2013 vigorou a TEO de R\$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.403, de 18 de dezembro de 2012).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações intermediárias em 11 de novembro de 2014.

As informações intermediárias da Companhia, para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas informações intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações trimestrais intermediárias, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações intermediárias são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data da demonstração intermediária. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 30 de setembro de 2014, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria:

- a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
- b. Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações

Notas Explicativas

subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o exercício de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina, considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Notas Explicativas

- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão.

3.7 Ativo Contingente

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Dada a divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa a UHE Três Irmãos, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus fundamentos será exercido por medidas judiciais. Dessa forma, passa a existir um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente para a UHE Três Irmãos (valor incontroverso – Nota 30).

3.8 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
- b. Encargos de dívidas (Nota 13)
- c. FIDC's (Nota 14)

3.9 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.10 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das informações trimestrais. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa (Nota 19).

Notas Explicativas

3.11 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do período.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do período, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é considerado como despesa de imposto de renda no resultado do período, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.13 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Notas Explicativas

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

3.14 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.14.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais.

3.14.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.14.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.

3.14.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

Notas Explicativas

3.14.5 Regime de Cotas

A Portaria MME nº 125 de 17 de abril de 2013, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, na UHE Três Irmãos. A partir de então, a Companhia passou a auferir, provisoriamente, receitas através do regime de cotas, instituído pela Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.16 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.17 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.19 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira

Notas Explicativas

individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações intermediárias, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Notas Explicativas

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

4.1 Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para os Períodos Findos a partir de 1 de Janeiro de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da Companhia.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas

Notas Explicativas

condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da Companhia.

4.2 Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Informações Intermediárias e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9 introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*. Em Fevereiro de 2014, o IASB decidiu exigir a aplicação obrigatória do pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2013) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Tipo de	30.09.2014	31.12.2013
	Aplicação		
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		171	13.997
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM..	Fundo	2.020.314	824.720
Banco Safra S.A. (*).....	US\$	427.231	-
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	-	1
Outras instituições.....	CDB / CDI	37	931
		<u>2.447.582</u>	<u>825.652</u>
		<u>2.447.753</u>	<u>839.649</u>

(*) Refere-se à aquisição de US\$ 174.352 mil efetuada em agosto de 2014, a ser utilizada para pagamento do empréstimo Bônus Série 8 em janeiro de 2015 (Nota 13.3 (4));

Notas Explicativas

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	30.09.2014		31.12.2013	
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	Total	Total
Consumidores				
Industrial.....	83.696	4.172	87.868	84.851
Serviços públicos.....	4.362	-	4.362	4.049
	<u>88.058</u>	<u>4.172</u>	<u>92.230</u>	<u>88.900</u>
Revendedores				
Agentes comercializadores.....	90.034	-	90.034	71.130
Leilões de energia.....	143.622	9.748	153.370	198.728
Suprimento - cotas.....	7.544	-	7.544	7.409
	<u>241.200</u>	<u>9.748</u>	<u>250.948</u>	<u>277.267</u>
Energia Livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	-	13.712	13.712	13.712
CCEE.....	63.021	-	63.021	150.316
	<u>63.021</u>	<u>13.712</u>	<u>76.733</u>	<u>164.028</u>
Total.....	<u>392.279</u>	<u>27.632</u>	<u>419.911</u>	<u>530.195</u>

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 30 de setembro de 2014, a concentração dos dez principais clientes é de 52% do total da carteira (39% em 31.12.2013).

6.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2013).

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE “versus” o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia comercializou o montante de R\$ 1.485.388 (R\$ 669.369 no mesmo período de 30.09.2013) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 23.2).

Notas Explicativas

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2013	Adições / Baixas	30.09.2014
Consumidores (a).....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b).....	(9.748)	-	(9.748)
Energia Livre (RTE) (Nota 6).....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos (c).....	(31.284)	(7.743)	(39.027)
	(58.916)	(7.743)	(66.659)

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
 (b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
 (c) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9);

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	30.09.2014	31.12.2013
Circulante		
Imposto de renda (a).....	1.837	29.513
Contribuição social (b).....	529	8.143
COFINS a compensar	900	1.508
PIS a compensar.....	195	327
	3.461	39.491

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
 (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

9 OUTROS CRÉDITOS

	30.09.2014	31.12.2013
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.882	1.610
Créditos diversos (*)	42.893	34.631
FIDC - conta vinculada.....	23.503	20.824
Ordens de projetos - P & D.....	37.186	19.934
Outros.....	2.511	2.028
	107.975	79.027
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	3.597	4.404
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	419	661
	5.377	6.426
Total.....	113.352	85.453

(*) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 39.027 (R\$ 31.284 em 31.12.2013 – Nota 7).

Notas Explicativas

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (a)		
Ações cíveis.....	166.410	160.397
Ações trabalhistas - recursais	47.659	40.914
Ações tributárias.....	16.123	16.832
Ações ambientais.....	368.698	295.992
Outros depósitos judiciais.....	2.138	2.137
	<u>601.028</u>	<u>516.272</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (b)	8.975	7.832
Quotas subordinadas - FIDC (c)	78.899	77.037
	<u>87.874</u>	<u>84.869</u>
Total.....	<u>688.902</u>	<u>601.141</u>

- (a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 30 de setembro de 2014, o montante de R\$ 601.028 (R\$ 516.272 em 31.12.2013; Nota 19);
- (b) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;
- (c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV – 72 quotas, que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.677.926, sendo: R\$ 2.007.428 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 745.440 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.261.988), e de contribuição social de R\$ 670.498 (formado por base negativa de R\$ 216.182 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 454.316).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 30 de setembro de 2014, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vindas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2023; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO ATIVO	
	30.09.2014	31.12.2013
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	359.803	512.246
Prejuízos fiscais (não registrados).....	385.637	436.736
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.261.988	1.217.848
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(149.237)	(201.333)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ..	(77.662)	(98.059)
	<u>1.780.529</u>	<u>1.867.438</u>
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	136.653	192.501
Base negativa (não registrada).....	79.529	97.712
Diferenças intertemporais (não registradas).....	454.316	438.425
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(53.725)	(72.480)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ..	(27.959)	(35.302)
	<u>588.814</u>	<u>620.856</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.181.470)</u>	<u>(2.190.721)</u>
	<u>187.873</u>	<u>297.573</u>

(a) Até 30 de setembro de 2014, foi realizado o valor de R\$ 277.573, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 203.542, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 74.031 de base negativa, em contraposição ao complemento do valor de créditos fiscais diferidos a crédito de resultado, no montante de R\$ 69.282, sendo R\$ 51.099 referentes ao imposto de renda e R\$ 18.183 à contribuição social.

(b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 70.851 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 27.739.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 26).

O imposto de renda (R\$ 359.803) e a contribuição social (R\$ 136.653) diferidos, totalizando R\$ 496.456, deverão ser realizados no exercício de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 a 2021	2022 e 2023	
Parcela Estimada de Realização	15.187	73.321	27.685	171.877	35.821	96.812	75.753	496.456

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

Notas Explicativas**12 IMOBILIZADO**

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 a 12.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	30.09.2014		31.12.2013	
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....		396.084	-	396.084	393.653
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	23.927.505	(17.251.557)	6.675.948	7.012.116
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	6.530.740	(5.250.469)	1.280.271	1.364.883
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	7.856.373	(6.145.499)	1.710.874	1.747.460
Veículos.....	0,9%	6.893	(6.272)	621	740
Móveis e Utensílios.....	6,7%	25.589	(21.354)	4.235	5.956
		<u>38.743.184</u>	<u>(28.675.151)</u>	<u>10.068.033</u>	<u>10.524.808</u>
Em Curso					
Terrenos.....		1.895	-	1.895	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		150.350	-	150.350	125.542
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		49.619	-	49.619	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		131.449	-	131.449	150.660
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		118.589	-	118.589	110.650
Depósitos Judiciais.....		100.729	-	100.729	100.333
Outros.....		14.421	-	14.421	11.371
		<u>567.052</u>	<u>-</u>	<u>567.052</u>	<u>551.931</u>
Total		<u>39.310.236</u>	<u>(28.675.151)</u>	<u>10.635.085</u>	<u>11.076.739</u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2013	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	30.09.2014
Em Serviço						
Terrenos.....	393.653	-	-	2.608	(177)	396.084
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	7.012.116	-	(336.168)	-	-	6.675.948
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.364.883	-	(86.310)	1.868	(170)	1.280.271
Máquinas e Equipamentos.....	1.747.460	-	(59.723)	23.140	(3)	1.710.874
Veículos.....	740	-	(119)	-	-	621
Móveis e Utensílios.....	5.956	-	(1.736)	18	(3)	4.235
	<u>10.524.808</u>	<u>-</u>	<u>(484.056)</u>	<u>27.634</u>	<u>(353)</u>	<u>10.068.033</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.895	296	-	(2.608)	2.312	1.895
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	125.542	24.808	-	-	-	150.350
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	51.480	7	-	(1.868)	-	49.619
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	150.660	3.218	-	(22.429)	-	131.449
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	110.650	8.668	-	(729)	-	118.589
Depósitos Judiciais.....	100.333	2.708	-	-	(2.312)	100.729
Outros.....	11.371	3.050	-	-	-	14.421
	<u>551.931</u>	<u>42.755</u>	<u>-</u>	<u>(27.634)</u>	<u>-</u>	<u>567.052</u>
Total	<u>11.076.739</u>	<u>42.755</u>	<u>(484.056)</u>	<u>-</u>	<u>(353)</u>	<u>10.635.085</u>

	31.12.2012	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	Três Irmãos (Nota 31.2)	30.09.2013
Em Serviço							
Terrenos.....	1.082.925	-	-	12.743	(178)	(701.923)	393.567
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	9.604.269	-	(356.296)	16.043	(2)	(2.142.873)	7.121.141
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.859.895	-	(95.191)	3.997	(78)	(374.621)	1.394.002
Máquinas e Equipamentos.....	2.072.188	-	(68.703)	73.375	43	(309.548)	1.767.355
Veículos.....	339	-	(115)	569	(14)	-	779
Móveis e Utensílios.....	8.566	-	(1.930)	396	(323)	(115)	6.594
	<u>14.628.182</u>	<u>-</u>	<u>(522.235)</u>	<u>107.123</u>	<u>(552)</u>	<u>(3.529.080)</u>	<u>10.683.438</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.894	5.979	-	(12.743)	6.765	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	117.909	12.008	-	(16.043)	-	-	113.874
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	54.528	555	-	(3.997)	312	-	51.398
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	191.449	9.393	-	(51.771)	377	-	149.448
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	108.437	14.879	-	(20.800)	(665)	-	101.851
Depósitos Judiciais.....	72.031	35.021	-	-	(6.765)	-	100.287
Outros.....	7.136	3.112	-	(1.769)	(24)	-	8.455
	<u>553.384</u>	<u>80.947</u>	<u>-</u>	<u>(107.123)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>527.208</u>
Total	<u>15.181.566</u>	<u>80.947</u>	<u>(522.235)</u>	<u>-</u>	<u>(552)</u>	<u>(3.529.080)</u>	<u>11.210.646</u>

12.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 100.729 (R\$ 100.333 em 31.12.2013), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 24.2).

Notas Explicativas

12.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,0	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupiá	14	1.551,2	886,0	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (a) (Nota 1.3)	5	807,5	217,5	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
	57	7.457,3	3.916,0		(c)

(a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013. Para maiores informações, vide Nota 30.

(b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(c) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

12.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

12.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

A Companhia entende por valor justo, o valor novo de reposição das usinas, depreciados pelas taxas de depreciação da ANEEL.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Notas Explicativas

Movimentação:

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
	R\$	Passivo R\$	R\$
Saldo inicial em 01.01.2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31.12.2009.....	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31.12.2010.....	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 31.12.2011.....	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo em 31.12.2012.....	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no exercício (depreciação)..	(276.970)	94.170	(182.800)
Realização no exercício (Nota 30a).....	(1.264.198)	429.827	(834.371)
Saldo inicial em 31.12.2013.....	805.332	(273.813)	531.519
Realização no período.....	(208.388)	70.851	(137.537)
Saldo final em 30.09.2014.....	596.944	(202.962)	393.982

12.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição depreciado (valor novo de reposição depreciado) pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73% a.a. líquida de imposto de renda);
- As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de serem consideradas de forma integrada (complexo integrado), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia (“Poder Concedente”), através da Portaria Interministerial (“PI”) 580, informou o valor da indenização dos ativos para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579. Essa Portaria mencionou que os estudos para determinação do valor das indenizações foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE considerando o Valor Novo de Reposição a preços de junho de 2012. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões conforme as condições estabelecidas pela MP 579. O valor de indenização utilizado para fins de análise de “impairment” é a melhor estimativa da Administração considerando a interpretação do contrato de concessão vigente.

Especificamente, os ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos, foram transferidos para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, e que deverão ser indenizados pelo Poder Concedente (Nota 30).

As projeções de resultado revisadas pela Administração, em 31 de dezembro de 2013, não indicaram problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa).

Notas Explicativas

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base em dados financeiros em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

13.1 Composição

	30.09.2014				31.12.2013			
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1) ..	-	-	-	-	554	32.409	-	32.963
BNDES (2)	6.186	112.012	578.867	697.065	1.976	102.275	624.182	728.433
Outras Instituições	105	-	1.145	1.250	48	127	1.352	1.527
	<u>6.291</u>	<u>112.012</u>	<u>580.012</u>	<u>698.315</u>	<u>2.578</u>	<u>134.811</u>	<u>625.534</u>	<u>762.923</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (3) ..	732	38.728	-	39.460	819	12.946	38.728	52.493
Notas de Médio Prazo (4)	18.825	923.120	-	941.945	37.431	-	879.388	916.819
ELETROBRÁS (5)	8	5.156	21.496	26.660	10	5.186	25.362	30.558
	<u>19.565</u>	<u>967.004</u>	<u>21.496</u>	<u>1.008.065</u>	<u>38.260</u>	<u>18.132</u>	<u>943.478</u>	<u>999.870</u>
	<u>25.856</u>	<u>1.079.016</u>	<u>601.508</u>	<u>1.706.380</u>	<u>40.838</u>	<u>152.943</u>	<u>1.569.012</u>	<u>1.762.793</u>

13.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integrou a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal	
	Vencto.	Carência			30.09.2014	31.12.2013
	(b)	(b)				
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 a partir do 7º ano - 8,00	-	32.409
					<u>-</u>	<u>32.409</u>

(a) Possuíam garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O saldo de principal, em 30 de setembro de 2014, de R\$ 690.879 (R\$ 726.457 em 31.12.2013) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de "spread" básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

13.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (3) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

Notas Explicativas

- (a) Referia-se ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a. e liquidado em 5 de março de 2014 (R\$ 12.946 em 31.12.2013).
- (b) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 38.728 (R\$ 38.728 em 31.12.2013).
- (4) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 923.120 (R\$ 879.388 em 31.12.2013).
- (5) Saldo de principal de R\$ 26.652 (R\$ 30.548 em 31.12.2013), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 25.840 (R\$ 29.590 em 31.12.2013) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 812 (R\$ 958 em 31.12.2013) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

13.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	30.09.2014			31.12.2013		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	692.024	282.344	100,00	760.345	324.573	100,00
	692.024	282.344	100,00	760.345	324.573	100,00

13.5 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2015.....	15.971	39.145	1.093	40.238
2016.....	50.954	124.888	4.372	129.260
De 2017 a 2020.....	169.141	414.564	16.031	430.595
De 2021 a 2024.....	577	1.415	-	1.415
	236.643	580.012	21.496	601.508

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 2,4510 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 2,3426 em 31.12.2013).

13.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
30.09.2014	11,28	0,83	0,29	(0,67)	(0,47)
30.09.2013	0,65	0,62	0,07	1,91	1,97

Notas Explicativas

14 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	30.09.2014			31.12.2013	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Principal		
- FIDC IV.....	3.759	286.677	326.909	617.345	784.444
	3.759	286.677	326.909	617.345	784.444

Para projeção de vencimentos, vide Nota 28.1.

14.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 78.899 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDC

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS + FIDC + VALORES A PAGAR

Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	30.09.2014 Total	31.12.2013 Total				
					Encargos	Principal									
					Valores em R\$ mil										
MOEDA ESTRANGEIRA											6.291	112.012	580.012	698.315	762.923
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											-	-	-	-	32.963
BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	13.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	-	-	-	-	32.963				
BNDDES BRADY	US\$	13.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	6.186	112.012	578.867	697.065	728.433				
OUTRAS INSTITUIÇÕES											105	-	1.145	1.250	1.527
ELETROPAULO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	105	-	1.145	1.250	1.527				
MOEDA NACIONAL											19.565	967.004	21.496	1.008.065	999.870
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											732	38.728	-	39.460	52.493
B. BRASIL - (BNDDES / BIB's)	R\$	13.3 item 3	8,38119% a.a + (IGP-M/ TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	-	-	-	-	13.033				
BNDDES - Finame ITAÚ-BBA	R\$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	732	38.728	-	39.460	39.460				
MEDIUM TERM NOTES											18.825	923.120	-	941.945	916.819
BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	13.3 item 4	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final									
ELETROBRÁS											8	5.156	21.496	26.660	30.558
ELETROBRÁS - RGR	R\$	13.3 item 5	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	5.002	20.838	25.840	29.591				
ELETROBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	8	154	658	820	967				
OUTRAS DÍVIDAS											3.759	286.677	326.909	617.345	784.444
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS											3.759	286.677	326.909	617.345	784.444
FIDC IV	R\$	14	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	3.759	286.677	326.909	617.345	784.444				
TOTAL GERAL							29.615	1.365.693	928.417	2.323.725	2.547.237				

Notas Explicativas**15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a Pagar**

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Total
Saldo inicial em 31.12.2013	999.870	762.923	784.444	2.547.237
Juros e Comissões.....	68.906	35.273	9.014	113.193
Variações Monetárias.....	43.745	-	52.446	96.191
Variações Cambiais.....	-	27.108	-	27.108
Amortização de Principal.....	(16.856)	(95.452)	(228.559)	(340.867)
Amortização de Juros.....	(87.600)	(31.537)	-	(119.137)
Saldo final em 30.09.2014	1.008.065	698.315	617.345	2.323.725

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2012	1.198.174	1.269.614	1.002.529	122.775	3.593.092
Ingressos.....	5.508	-	-	-	5.508
Juros e Comissões.....	75.277	67.854	17.064	5.841	166.036
Variações Monetárias.....	41.403	-	53.295	(872)	93.826
Variações Cambiais.....	-	126.957	-	-	126.957
Amortização de Principal.....	(40.138)	(590.407)	(236.050)	(121.404)	(987.999)
Amortização de Juros.....	(93.613)	(76.938)	-	(6.340)	(176.891)
Saldo final em 30.09.2013	1.186.611	797.080	836.838	-	2.820.529

16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	30.09.2014	31.12.2013
Circulante		
COFINS s/ receitas	23.179	24.725
PIS s/ receitas	5.032	5.366
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	3.463	1.821
Imposto de renda s/lucro.....	38.931	-
Contribuição social s/lucro.....	14.212	-
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	2.732	5.482
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.529	4.902
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.426	1.759
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (*).....	-	7.594
	93.504	51.649

(*) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (CP) 31.12.2013.....	7.594
(+) Atualização/juros.....	134
(-) Pagamentos.....	(7.728)
Saldo em 30.09.2014.....	-

Composição:

	30.09.2014			31.12.2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	-	-	-	7.594
	-	-	-	7.594

Notas Explicativas

Quando da consolidação desses débitos, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelo pagamento em 36 parcelas, atualizadas pela SELIC. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011 e o último em maio/2014.

17 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	30.09.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS (Nota 17.2.1)..	97.795	211.889	309.684	366.374
- Contrato de Dívida - outros (Nota 17.2.2).....	23.190	50.245	73.435	86.872
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(120.985)	(262.134)	(383.119)	(390.331)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.915</u>

17.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período de serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

17.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da então Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

17.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se ao saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Notas Explicativas

17.2.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2014, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

17.3 Movimentação

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Saldo inicial.....	62.915	306.870
(Receita) / despesa do período	(2.207)	(6.752)
Contribuições pagas.....	(100.228)	(27.293)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	39.520	17.105
Saldo final.....	<u>-</u>	<u>289.930</u>

Despesa / (Receita) estimada para 2014	<u>2014</u>
Plano BSPS.....	(137)
Plano BD.....	3.546
Total	<u>3.409</u>

18 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal (a)	14.630	36.860
- Diferença de Quotas - 2012 (b).....	9.315	18.399
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	21.894	32.865
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.541	1.241
Quotas para P&D - FNDCT (c).....	2.628	2.636
Quotas para P&D - EPE (c).....	1.314	1.318
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d).....	46.757	39.799
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e).....	725	689
	<u>98.804</u>	<u>133.807</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2013 (f).....	33.600	33.600
	<u>132.404</u>	<u>167.407</u>

Notas Explicativas

- (a) Quota RGR do mês de setembro de 2014, de R\$ 7.060 acrescida de 10 parcelas de R\$ 757, do período setembro/2014 a julho/2015, conforme despacho ANEEL 3.789, de 19 de setembro de 2014.
- (b) Diferença de quota RGR 2012.
- (c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1555 de 27 de junho de 2013, atualizada anualmente e nº 1758 de 24 de junho de 2014.
- (e) Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28.08.2013 e 1.641, de 22.10.2013.
- (f) Diferença de quota RGR 2013, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em junho/2015.

19 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

Composição:

	31.12.2013	Movimentação		30.09.2014
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	237.793	172.332	(22.633)	387.492
Cíveis				
Ações diversas	22.193	2.651	(398)	24.446
Tributárias				
Ações diversas	1.024	254	(143)	1.135
Indenizações				
Ações ambientais.....	551.568	273.240	(3.836)	820.972
Ações cíveis.....	870.991	55.912	(10.186)	916.717
Desapropriações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	219.573	24.231	(1.503)	242.301
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	413.843	(257.646)	(2.688)	153.509
Soma Indenizações e Desapropriações	<u>2.055.975</u>	<u>95.737</u>	<u>(18.213)</u>	<u>2.133.499</u>
TOTAL	<u>2.316.985</u>	<u>270.974</u>	<u>(41.387)</u>	<u>2.546.572</u>
	31.12.2012	Movimentação		30.09.2013
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	191.429	48.301	(18.649)	221.081
Cíveis				
Ações diversas	20.202	1.571	(261)	21.512
Tributárias				
Ações diversas	1.232	(174)	(5)	1.053
Indenizações				
Ações ambientais.....	493.750	25.415	(7.045)	512.120
Ações cíveis.....	742.770	111.041	(2.229)	851.582
Desapropriações e indenizações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	200.971	9.295	(2.043)	208.223
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	291.119	45.198	(6.525)	329.792
	<u>1.728.610</u>	<u>190.949</u>	<u>(17.842)</u>	<u>1.901.717</u>
TOTAL	<u>1.941.473</u>	<u>240.647</u>	<u>(36.757)</u>	<u>2.145.363</u>

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Espécie	30.09.2014			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	387.492	249.506	212.731	849.729
Ações cíveis diversas.....	24.446	175.386	4.162	203.994
Ações tributárias.....	1.135	37.804	8.024	46.963
Ações ambientais.....	820.972	977.764	1.357.802	3.156.538
Ações cíveis.....	916.717	3.068.442	1.837.449	5.822.608
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	242.301	922.877	65.037	1.230.215
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	153.509	242.685	779	396.973
	2.546.572	5.674.464	3.485.984	11.707.020

Em 30 de setembro de 2014, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 11.707.020. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.546.572, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 601.028 (R\$ 516.272 em 31 de dezembro de 2013), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 100.729 (imobilizado em curso – Nota 12).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas informações trimestrais ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

19.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2014, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 849.729. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 387.492 representadas por 707 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 47.659.

A CESP é ré em 43 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 228.704. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 158.788 associados a 664 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 249.506 correspondentes a 949 processos, sendo 23 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; e (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 39.309. O valor remanescente, de R\$ 210.197, corresponde a 926 processos.

19.2 Ações Cíveis Diversas

19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 30 de setembro de 2014, são R\$ 24.446 e R\$ 12.004 respectivamente.

19.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 163.382, cujo risco de perda é avaliado como possível.

Notas Explicativas

19.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 46.963, composto por R\$ 1.135 com expectativa de perda considerada provável, referente a 4 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 16.123 (R\$ 16.832 em 31 de dezembro de 2013). Outras 100 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 37.804.

19.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.798.736 em 30.09.2014, conforme abaixo:

	PROVÁVEL	POSSÍVEL	TOTAL
Proteção de encosta.....	175.587	444.386	619.973
Descumprimento de acordo.	400.708	166.752	567.460
Parques.....	209.496	-	209.496
Lençol freático.....	-	316.478	316.478
Outros.....	35.181	50.148	85.329
	820.972	977.764	1.798.736

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 368.698 (R\$ 295.992 em 31.12.2013) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

19.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

19.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 30 de setembro de 2014, é de R\$ 150.397 e R\$ 513.596 respectivamente, para 231 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

19.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 92 ações envolvendo o valor de R\$ 663.258 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 461.811 com risco de perda possível em 30 de setembro de 2014. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

19.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 59 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 35.855 e R\$ 67.207 respectivamente. Existem ainda outras 6 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 1.800.149 e outros 199 processos no montante de R\$ 292.886.

Notas Explicativas

19.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 242.301 para 79 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 922.877 referentes a 7 processos judiciais.

19.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 30 de setembro de 2014, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 393.973. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 153.509 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

20 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

20.1 Obrigações Socioambientais

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	-	12.418
	-	12.418
Não Circulante		
Reflorestamento (b)	75.000	75.000
Licenciamento.....	34.800	34.800
	<u>109.800</u>	<u>109.800</u>
	<u>109.800</u>	<u>122.218</u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

A movimentação dos saldos está representada por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Atualização (nota 25)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>30.09.2014</u>
Circulante				
Termo de ajustamento de conduta - TAC	12.418	265	(12.683)	-
Não Circulante				
Reflorestamento.....	75.000	-	-	75.000
Licenciamento.....	34.800	-	-	34.800
	<u>109.800</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>109.800</u>
	<u>122.218</u>	<u>265</u>	<u>(12.683)</u>	<u>109.800</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>Atualização (Nota 25)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>(+/-) Transferência</u>	<u>30.09.2013</u>
Circulante					
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.163	997	(21.955)	16.429	19.634
Não Circulante					
Termo de ajustamento de conduta - TAC	16.429	-	-	(16.429)	-
Reflorestamento	107.000	-	-	-	107.000
Licenciamento.....	104.712	-	-	-	104.712
	<u>228.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.429)</u>	<u>211.712</u>
	<u>252.304</u>	<u>997</u>	<u>(21.955)</u>	<u>-</u>	<u>231.346</u>

Notas Explicativas

20.2 Outras Obrigações

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante		
Fundação CESP (a)	13.160	12.561
P & D - Projetos (b)	119.273	98.328
Parcelamento de Ações de Desapropriações (c)	-	442
Outros	5.305	4.070
	<u>137.738</u>	<u>115.401</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
Outros	1.995	1.811
	<u>17.476</u>	<u>17.292</u>
	<u>155.214</u>	<u>132.693</u>

- (a) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (b) Recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (c) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia no terceiro trimestre de 2014 foi de R\$ 447 (R\$ 516 em 2013), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 364 (R\$ 418 em 2013) e encargos sociais no valor de R\$ 83 (R\$ 98 em 2013).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2014				Acumulado em
			Ativo		Passivo		30.09.2014
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Resultado
						Receita/ (despesa)	
CPTM (a)	6	Venda de energia	4.363	-	-	-	38.081
Órgãos do Estado de SP (b)..		Cessão de empregados	36.095	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	102	-	(902)
Eletrobrás.....	13	Empréstimos	-	-	5.164	21.496	(1.346)
Fundação CESP.....	17	Entidade de previdência	-	-	-	-	(28.927)
							Acumulado em
							30.09.2013
Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2013				Resultado
			Ativo		Passivo		Receita/ (despesa)
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
CPTM (a)	6	Venda de energia	3.802	-	-	-	33.129
DAEE.....		Cessão de créditos	-	-	-	-	1.689
Órgãos do Estado de SP (b)..		Cessão de empregados	26.677	-	-	-	-
EMAE (b)		Aluguel	-	-	98	-	(882)
Eletrobrás.....	13	Empréstimos	-	-	5.211	26.652	(1.304)
Eletrobrás.....		Valores a pagar	-	-	-	-	(4.969)
Fundação CESP.....	17	Entidade de previdência	-	-	32.460	257.470	(10.353)

- (a) Termos de aditamentos celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controlada pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.

Notas Explicativas

- (b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.
- (c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 102.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.620 ações ordinárias, 7.610.953 ações preferenciais classe A e 210.724.100 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2014, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	0,01
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	700	-	2.875	-
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.969</u>	<u>13,74</u>	<u>132.967.843</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	-	-	-	-
UBS AG London Branch.....	300	0,00	-	-	15.679.743	7,44	15.680.043	4,79
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....	37.633	0,03	6.664.526	87,57	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London.....	-	-	-	-	30.658.747	14,55	30.658.747	9,36
The Bank of New York - ADR Department.....	34.731	0,03	166.524	2,19	-	-	201.255	0,06
Pessoas Físicas.....	2.939.647	2,70	736.670	9,68	3.000.862	1,42	6.677.179	2,04
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.109.719	1,93	13.992	0,18	121.865.864	57,83	123.989.575	37,86
Outros.....	6.716	0,01	29.241	0,38	-	-	35.957	0,01
	<u>5.128.746</u>	<u>4,70</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>181.795.131</u>	<u>86,27</u>	<u>194.534.830</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.620</u>	<u>100,00</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>210.724.100</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	<u>1.991.812</u>		<u>138.865</u>		<u>3.844.756</u>		<u>5.975.433</u>	

22.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;

Notas Explicativas

- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
 - Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
 - Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.
- (b)** As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
 - Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
 - Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
 - Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
 - Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
 - Serão irresgatáveis.
- (c)** Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.
- (d)** Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

22.3 Reservas de Capital

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

22.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
	R\$	Passivo R\$	R\$
Saldo inicial em 31.12.2013.....	805.332	(273.813)	531.519
Realização no período.....	(208.388)	70.851	(137.537)
Saldo final em 30.09.2014.....	596.944	(202.962)	393.982

22.5 Reservas de Lucros

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Reserva legal.....	55.616	55.616
Reserva estatutária.....	111.633	111.633
Reserva de lucros a realizar (*)	200.974	200.974
	<u>368.223</u>	<u>368.223</u>

- (*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

Notas Explicativas

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 13.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	33.405	27.955	31.097	34.593	38.482	35.442	200.974

23 RECEITA

23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 32 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2014		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	124,26	130,05	142,66	186,23	175,52	5,59
Ampla	Março	125,12	130,95	143,64	187,52	176,73	5,68
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	126,27	132,16	144,97	189,24	178,36	6,15
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	127,11	133,04	145,94	190,51	179,55	6,28
Cataguazes e Copel	Junho	127,70	133,65	146,61	191,39	180,38	6,37
Celtins e Eletropaulo	Julho	128,21	134,19	147,19	192,15	181,10	6,52
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	128,22	134,20	147,21	192,17	181,12	6,50
Celg	Setembro	128,54	134,54	147,58	192,65	182,57	6,51

Notas Explicativas

Reajustes em 2013		Produtos						Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	103,55	117,69	123,17	135,11	176,38	166,24	6,15
Ampla	Março	104,18	118,39	123,91	135,92	177,44	167,23	6,31
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	104,67	118,95	124,50	136,56	178,27	168,02	6,59
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	105,24	119,60	125,18	137,31	179,25	168,95	6,49
Cataguazes e Copel	Junho	105,63	120,04	125,64	137,82	179,92	169,57	6,50
Celtins e Eletropaulo	Julho	105,90	120,36	125,97	138,18	180,38	170,01	6,70
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	105,94	120,39	126,01	138,22	180,44	170,06	6,87
Celg	Setembro	106,19	120,68	126,31	138,55	180,87	170,47	7,23

23.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida no 3º Trimestre

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2014	2013	2014	2013
Fornecimento (1)				
Industrial.....	2.000.615	2.006.266	253.427	235.198
Serviço Público.....	95.393	89.543	13.020	11.303
	<u>2.096.008</u>	<u>2.095.809</u>	<u>266.447</u>	<u>246.501</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	2.097.839	1.574.629	272.953	215.122
	<u>2.097.839</u>	<u>1.574.629</u>	<u>272.953</u>	<u>215.122</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 2 CCEAR 2006-2013.....	-	2.307.186	-	239.097
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	39.606	39.514	4.921	4.622
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	319.634	316.778	41.902	39.093
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	212.028	209.552	30.498	28.359
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	176.551	173.757	33.129	30.692
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	318.520	316.920	56.402	52.832
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	866.472	-	166.016	-
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	212.286	-	35.070	-
MCS D (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	54.395	53.069	7.400	6.793
	<u>2.199.492</u>	<u>3.416.776</u>	<u>375.338</u>	<u>401.488</u>
	<u>4.297.331</u>	<u>4.991.405</u>	<u>648.291</u>	<u>616.610</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	271.465	362.990	134.776	62.202
Liquidações de períodos anteriores.....	-	-	-	-
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	(896.758)	769.601	(11.537)	9.642
	<u>(625.293)</u>	<u>1.132.591</u>	<u>123.239</u>	<u>71.844</u>
Total.....	<u>5.768.046</u>	<u>8.219.805</u>	<u>1.037.977</u>	<u>934.955</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Energia Vendida Acumulada até 30 de Setembro	MWh (*)		R\$ Mil	
	2014	2013	2014	2013
Fornecimento (1)				
Industrial.....	6.401.306	5.922.193	805.643	696.347
Serviço Público.....	284.418	263.493	38.080	33.129
	<u>6.685.724</u>	<u>6.185.686</u>	<u>843.723</u>	<u>729.476</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	6.479.435	4.890.404	848.174	672.622
	<u>6.479.435</u>	<u>4.890.404</u>	<u>848.174</u>	<u>672.622</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 2 CCEAR 2006-2013.....	-	7.063.078	-	715.310
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	118.074	118.519	14.415	13.623
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	962.219	966.736	123.366	116.631
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	651.896	653.762	91.533	86.358
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	534.800	533.250	98.173	92.122
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	960.297	963.724	166.184	156.930
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	2.600.085	-	498.176	-
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	637.021	-	105.236	-
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	168.468	165.497	22.444	20.729
	<u>6.632.860</u>	<u>10.464.566</u>	<u>1.119.527</u>	<u>1.201.703</u>
	<u>13.112.295</u>	<u>15.354.970</u>	<u>1.967.701</u>	<u>1.874.325</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	2.233.859	2.185.014	1.323.855	658.517
Liquidações de períodos anteriores.....	-	-	171.481	-
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	(678.602)	1.070.495	(9.948)	10.852
	<u>1.555.257</u>	<u>3.255.509</u>	<u>1.485.388</u>	<u>669.369</u>
Total.....	<u>21.353.276</u>	<u>24.796.165</u>	<u>4.296.812</u>	<u>3.273.170</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, encerrados em dezembro de 2012.

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Mercado Livre						
Consumidores Livres	2.096.008	2.095.809	266.447	246.501	127,12	117,62
Agentes Comercializadores	2.097.839	1.574.629	272.953	215.122	130,11	136,62
	<u>4.193.847</u>	<u>3.670.438</u>	<u>539.400</u>	<u>461.623</u>	<u>128,62</u>	<u>125,77</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	2.199.492	3.416.776	375.338	401.488	170,65	117,50
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	271.465	1.132.591	134.776	71.844	496,48	63,43
	<u>2.470.957</u>	<u>4.549.367</u>	<u>510.114</u>	<u>473.332</u>	<u>206,44</u>	<u>104,04</u>
Total.....	<u>6.664.804</u>	<u>8.219.805</u>	<u>1.049.514</u>	<u>934.955</u>	<u>157,47</u>	<u>113,74</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Acumulado no Período até 30 de Setembro

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Mercado Livre						
Consumidores Livres	6.685.724	6.185.686	843.723	729.476	126,20	117,93
Agentes Comercializadores	6.479.435	4.890.404	848.174	672.622	130,90	137,54
	<u>13.165.159</u>	<u>11.076.090</u>	<u>1.691.897</u>	<u>1.402.098</u>	<u>128,51</u>	<u>126,59</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	6.632.860	10.464.566	1.119.527	1.201.703	168,78	114,84
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	2.233.859	3.255.509	1.323.855	669.369	592,63	205,61
	<u>8.866.719</u>	<u>13.720.075</u>	<u>2.443.382</u>	<u>1.871.072</u>	<u>275,57</u>	<u>136,37</u>
Total.....	<u>22.031.878</u>	<u>24.796.165</u>	<u>4.135.279</u>	<u>3.273.170</u>	<u>187,70</u>	<u>132,00</u>

Regime de Cotas	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
	R\$ Mil		R\$ Mil	
UHE Três Irmãos.....	22.675	23.066	67.619	38.368
Total.....	<u>22.675</u>	<u>23.066</u>	<u>67.619</u>	<u>38.368</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

23.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	Trimestres Findos em		Acumulado até	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas c/ Energia				
Fornecimento de energia	266.447	246.501	843.723	729.476
Suprimento de energia - Contratos.....	272.953	215.122	848.174	672.622
Suprimento de energia de leilões.....	375.338	401.488	1.119.527	1.201.703
Energia de curto prazo	123.239	71.844	1.485.388	669.369
	<u>1.037.977</u>	<u>934.955</u>	<u>4.296.812</u>	<u>3.273.170</u>
Suprimento de energia regime de Cotas.....	22.675	23.066	67.619	38.368
Outras receitas.....	689	1.074	2.658	2.965
	<u>1.061.341</u>	<u>959.095</u>	<u>4.367.089</u>	<u>3.314.503</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Quota para a reserva global de reversão - RGR..	(21.182)	778	(63.336)	(63.185)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(9.384)	(8.308)	(39.404)	(29.783)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(5)	(33)	(45)	(93)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(75.374)	(69.091)	(263.969)	(220.639)
PIS s/ receitas operacionais.....	(16.362)	(14.999)	(57.289)	(47.893)
	<u>(122.307)</u>	<u>(91.653)</u>	<u>(424.043)</u>	<u>(361.593)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>939.034</u>	<u>867.442</u>	<u>3.943.046</u>	<u>2.952.910</u>

24 CUSTOS E DESPESAS

24.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Uso da Rede Elétrica (*)				
Conexão - CTEEP	49	47	143	142
Rede Básica.....	106.960	93.022	290.991	264.553
Total.....	<u>107.009</u>	<u>93.069</u>	<u>291.134</u>	<u>264.695</u>

(*) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.555 de 27 de junho de 2013 e nº 1758 de 24 de junho de 2014.

Notas Explicativas

24.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Depreciação de bens não vinculados.....	(330)	(330)	(987)	(986)
Reversão / (Provisões) ações de desapropriações - empresas cindidas (a)	225.198	(12.570)	257.646	(45.198)
Reversão / (Provisões) ações cíveis.....	110.161	(57.899)	(55.912)	(111.041)
Provisões ações ambientais.....	(212.604)	(13.812)	(273.240)	(25.415)
	122.755	(84.281)	(71.506)	(181.654)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(2.284)	(1.564)	(12.722)	(2.671)
Despesas com convênios	(645)	(595)	(2.847)	(2.195)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	798	1.050	1.215	2.185
Outras (despesas) receitas líquidas.....	29	449	3.467	6.094
	120.323	(85.271)	(83.380)	(179.227)

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 19.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 12.1).

25 RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Resultado Financeiro Acumulado até				
Receita				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	55.015	21.274	130.402	46.659
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	2.143	1.576	6.030	4.926
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE.....	-	364	-	1.689
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	27.231	14.424	27.231	45.405
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	16	89	731	9.053
Outras.....	37	10	656	435
	84.442	37.737	165.050	108.167
Despesa				
Encargos de dívidas				
Moeda estrangeira.....	(11.616)	(19.897)	(35.273)	(67.854)
Moeda nacional.....	(26.917)	(30.976)	(77.920)	(92.341)
	(38.533)	(50.873)	(113.193)	(160.195)
Outras				
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros...	-	(238)	(134)	(839)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS.....	-	-	-	(4.969)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	-	-	-	(4.219)
Imposto sobre operações financeiras.....	(91)	(184)	(285)	(280)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(3.594)	(7.649)	(10.592)	(18.472)
Atualização TAC (nota 20.1).....	-	(103)	(265)	(997)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(189)	(247)	(589)	(1.633)
Atualização P&D - projetos.....	(2.151)	(1.559)	(5.987)	(3.959)
Desconto contrato de clientes.....	(1.084)	(730)	(2.539)	(3.474)
Outros encargos.....	(2.034)	(2.813)	(3.975)	(5.099)
	(9.143)	(13.523)	(24.366)	(43.941)
	(47.676)	(64.396)	(137.559)	(204.136)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas				
Moeda nacional.....	(23.316)	(24.993)	(96.191)	(94.698)
Moeda estrangeira.....	(72.347)	(25.683)	(27.108)	(126.957)
	(95.663)	(50.676)	(123.299)	(221.655)
	(143.339)	(115.072)	(260.858)	(425.791)
Resultado Financeiro.....	(58.897)	(77.335)	(95.808)	(317.624)

Notas Explicativas

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	3º Trimestre de 2014		Acumulado até 30.09.2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	468.800	468.800	2.461.332	2.461.332
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(117.194)	(42.192)	(615.315)	(221.520)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	-	1	-
Juros s/ o capital próprio.....	48.250	17.370	48.250	17.370
Constituição de créditos diferidos (complemento).....	-	-	51.099	18.183
Outros.....	3.215	(229)	9.160	(633)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(3.218)	(1.159)	(44.140)	(15.890)
Receita / (Despesa) contabilizada.....	(68.947)	(26.210)	(550.945)	(202.490)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(74.990)	(28.134)	(470.995)	(172.740)
Diferido (Nota 11).....	6.043	1.924	(79.950)	(29.750)
Total no resultado.....	(68.947)	(26.210)	(550.945)	(202.490)
Alíquota Efetiva	14,7%	5,6%	22,4%	8,2%

	3º Trimestre de 2013		Acumulado até 30.09.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	262.308	262.308	1.195.449	1.195.449
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(65.571)	(23.608)	(298.844)	(107.590)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	1	-	-	-
Juros s/ o capital próprio.....	21.250	7.650	49.000	17.640
Adições/exclusões permanentes.....	2.360	(119)	9.737	(489)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(9.122)	(3.284)	(51.243)	(18.448)
Despesa contabilizada.....	(51.082)	(19.361)	(291.350)	(108.887)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(47.382)	(17.777)	(266.277)	(98.997)
Diferido (Nota 11).....	(3.700)	(1.584)	(25.073)	(9.890)
Total no resultado.....	(51.082)	(19.361)	(291.350)	(108.887)
Alíquota Efetiva	19,5%	7,4%	24,4%	9,1%

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros, para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

Notas Explicativas

26.1 Medida Provisória nº 627 convertida em Lei nº 12.973

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, estabelecendo, dentre outras alterações, a não incidência de tributação na fonte sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e optará pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto de 2014.

27 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

<u>Descrição</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Itens que não afetaram o caixa:		
Juros sobre o capital próprio (a pagar).....	-	85.000
Dividendos propostos (a pagar).....	446.534	271.172
	<u>446.534</u>	<u>356.172</u>

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 30.09.2014, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	343.178	366.167
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	76.733	164.028
	<u>419.911</u>	<u>530.195</u>
Valor justo por meio do resultado		
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	78.899	77.037
	<u>78.899</u>	<u>77.037</u>
	<u>498.810</u>	<u>607.232</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13).....	1.706.380	1.762.793
FIDC (Nota 14).....	617.345	784.444
	<u>2.323.725</u>	<u>2.547.237</u>

Notas Explicativas

28.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	30.09.2014	31.12.2013
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	2.323.725	2.547.237
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(2.447.753)	(839.649)
Dívida Líquida.....	(124.028)	1.707.588
Patrimônio Líquido.....	10.346.229	9.317.386
Índice de Endividamento Líquido	-1,2%	18,3%

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os "covenants" requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 30 de setembro de 2014					
Empréstimos e Financiamentos.....	1.104.872	137.453	462.640	1.415	1.706.380
FIDC.....	290.436	222.503	104.406	-	617.345
	1.395.308	359.956	567.046	1.415	2.323.725
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e Financiamentos.....	193.781	1.033.848	533.812	1.352	1.762.793
FIDC.....	287.708	258.415	238.321	-	784.444
	481.489	1.292.263	772.133	1.352	2.547.237

28.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de setembro de 2014, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 698.315 (R\$ 762.923 em 31.12.2013) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	30.09.2014	31.12.2013
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 13)	698.315	762.923
Total	698.315	762.923

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	2,42	3,03	3,63

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (outubro/2014 a setembro/2015), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	(2.159)	36.793	75.746

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um decréscimo na saída de caixa no período de outubro/2014 a setembro/2015 de R\$ 2.159 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 36.793 no cenário possível e de R\$ 75.746 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2014, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2015 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor		Projeção para 30.09.2015		
Passivos	Saldo em 30.09.2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos Dólar Americano - US\$	698.315	688.771	860.963	1.033.156

28.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 2.297.065, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 26.660 captados a taxas fixas:

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	30.09.2014	31.12.2013
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	1.625.410	1.784.314
CDI	617.345	784.444
IGP-M	-	2.898
IPC-A	941.945	916.819
TJLP	39.460	49.595
TAXA FIXA	26.660	30.558
Moeda Estrangeira	699.314	762.923
UMBNDDES	698.064	728.433
LIBOR	1.250	1.527
TAXA FIXA	-	32.963
Total	2.324.724	2.547.237

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 03/10/2014. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros

Notas Explicativas

Índices	Previsão	Taxa % a.a.	
		Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	11,50	14,38	17,25
IPC-A	6,31	7,89	9,47
TJLP	5,00	6,25	7,50
UMBNDDES	4,15	5,19	6,23
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (outubro/2014 a setembro/2015), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais				
Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	370	4.217	8.031
	Variação do IPC-A	(2.361)	2.851	8.084
	Variação da TJLP	-	307	610
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDES	-	5.918	12.029
	Variação da LIBOR	-	3	7
Total		(1.991)	13.296	28.761

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R\$ 1.991 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 13.296 no cenário possível e R\$ 28.761 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2014, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2015 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor			Projeção para 30.09.2015		
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 30/09/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Variação do CDI	617.345	371.089	381.753	392.417
IPC-A	Variação do IPC-A	941.945	-	-	-
TJLP	Variação da TJLP	39.460	-	-	-
TAXA FIXA	Sem Risco	26.660	21.502	21.502	21.502
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Variação da UMBNDES	697.065	585.941	592.016	598.090
LIBOR	Variação da LIBOR	1.250	1.215	1.217	1.218
Total		2.323.725	979.747	996.488	1.013.227

28.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

28.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

Notas Explicativas

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 2,3 bilhões em 30 de setembro de 2014, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 30 de setembro de 2014.

28.6 Valoração dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro 2014 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o exercício de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valoração na data destas informações intermediárias.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	30.09.2014		31.12.2013	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(941.945)	(940.577)	(916.819)	(920.602)
FIDC	(617.345)	(618.055)	(784.444)	(785.733)
Total	(1.559.290)	(1.558.632)	(1.701.263)	(1.706.335)

Notas Explicativas

29 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencido.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2015	2.000
Vida	Bradesco Vida e Previdência	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2014	3.150
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	11/2014	1.235.040
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração da UHE Três Irmãos	10/2014	72.000

30 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 – define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração – RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o exercício de 18 de abril à 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 – determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013.

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente, se necessário (Nota 30.a). Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão, em

Notas Explicativas

dezembro de 2013, de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração.....	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (a)....	<u>(1.811.718)</u>
Valor líquido (incontroverso).....	<u>1.717.362</u>

(a) Composição da provisão ativo contingente – UHE Três Irmãos

	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial
Parcela do ativo regulatório.....	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS).....	<u>1.264.198</u>	<u>429.827</u>	<u>834.371</u>
Provisão ativo contingente.....	<u>1.811.718</u>	<u>429.827</u>	<u>834.371</u>

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição também ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R\$ 1,7 bilhão. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível.

Em 28 de março de 2014 ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, com deságio de R\$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (R\$ 31.623.036,87). No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União – TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não "celebrasse o contrato de concessão" com os vencedores do certame enquanto analisava os impactos e repercussões desta separação operacional. Na avaliação do TCU, era preciso garantir a continuidade e o correto funcionamento das eclusas e do canal antes que o novo contrato fosse assinado (Nota 31). Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União – TCU manteve a decisão que suspendeu o leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgasse o processo. Em 20 de agosto de 2014, o TCU autorizou a assinatura do contrato de concessão.

Notas Explicativas

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 10 de setembro, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOA Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOA Participações.
- b) Em 1º de outubro, a CESP assinou com a TIJOA Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo é viabilizar a assunção, pela TIJOA, da operação completa, de forma ordenada.
- c) Em 16 de outubro, a TIJOA Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.
- d) Em 5 de novembro de 2014, a CESP apresentou réplica em resposta a contestação da União, de 24 de outubro de 2014, na ação indenizatória relacionada à UHE Três Irmãos.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2014 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
		%	Classe A	%	Classe B	%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	700	0,00	2.875	0,01
	104.038.874	95,30	-	-	28.928.969	13,73	132.967.843	40,60
Outros								
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	87,56	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	30.658.747	14,55	30.658.747	9,36
USB AG LONDON BRANCH.....	300	-	-	-	15.679.743	7,44	15.680.043	4,79
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
The Bank of New York - ADR Department	34.731	0,03	166.524	2,19	-	-	201.255	0,06
Pessoas Físicas.....	2.939.647	2,70	736.670	9,68	3.000.862	1,42	6.677.179	2,04
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.109.719	1,93	13.992	0,18	121.865.864	57,83	123.989.575	37,86
Outros.....	6.716	0,01	29.241	0,38	-	-	35.957	0,01
	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40
	109.167.620	100,00	7.610.953	100,00	210.724.100	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	1.991.812		138.865		3.844.756		5.975.433	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física****Companhia Paulista de Parcerias - CPP**

Posição em 30.09.2014

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Posição em 30.09.2014

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	554.395.652	51,00	-	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR.....	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES.....	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	269.729.841	24,81	146.920	228.481.566	86,08	498.358.327	36,85
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 30 de setembro de 2014 e 2013**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2014							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	700	0,00	788	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40
	<u>109.167.620</u>	<u>100,00</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>210.724.100</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2013							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,74	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	5.500	0,00	5.588	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.684	4,70	7.702.726	100,00	181.698.620	86,26	194.530.030	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.684	4,70	7.702.726	100,00	181.698.620	86,26	194.530.030	59,40

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
CESP – Companhia Energética de São Paulo
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sobre a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2014.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Sócio
Contador CRC-1SP132776/T-1